

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**THAYS BELMONTE DA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA LATINA PARA O CONHECIMENTO DA  
EVOLUÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ESTUDO DA ORTOGRAFIA: O  
CASO DO LIVRO DIDÁTICO “PORTUGUÊS: LINGUAGENS”**

**JARDIM – MS**

**2013**

**THAYS BELMONTE DA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA LATINA PARA O CONHECIMENTO DA  
EVOLUÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ESTUDO DA ORTOGRAFIA: O  
CASO DO LIVRO DIDÁTICO “PORTUGUÊS: LINGUAGENS”**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Letras Habilitação Português-Inglês da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Me. Cleilton Pereira dos Santos

**JARDIM-MS**

**2013**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Belmonte da Silva, Thays

A importância da língua latina para o conhecimento da evolução língua portuguesa no estudo da ortografia: o caso do livro didático “Português: Linguagens”/ Thays Belmonte da Silva. Jardim: UEMS, 2013. p,37. ;

### Bibliografia

Monografia de Graduação – Curso de Letras  
Habilitação Português-Inglês – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a permissão para publicação e reprodução de cópia(s) deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) somente para propósitos acadêmicos e científicos, resguardando-se a autoria do trabalho.

Assinatura do autor: \_\_\_\_\_

**THAYS BELMONTE DA SILVA**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CURSO DE LETRAS HABILITAÇÃO PORTUGUÊS-INGLÊS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA LATINA PARA O CONHECIMENTO DA  
EVOLUÇÃO DA LINGUA PORTUGUESA NO ESTUDO DA ORTOGRAFIA: O  
CASO DO LIVRO DIDÁTICO “PORTUGUÊS: LINGUAGENS”**

**APROVADO EM:** \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

---

Orientadora: Prof. Me. Cleilton Pereira dos Santos

UEMS

---

Avaliadora  
Profª Me. Letícia Pereira de Andrade

UEMS

---

Avaliadora  
Profª Me. Patrícia Gressler

UEMS

A minha mãe Alzira, que mesmo silenciosa  
incentivou-me a concluir esta etapa da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Reverencio a Deus por me emprestar diariamente o coração que pulsa o oxigênio que respiro e o solo em que caminho.

Agradeço a cada um dos meus familiares que sempre me incentivaram na constante busca pelo conhecimento, em especial a minha mãe Alzira, pela sua humildade e sensibilidade.

Ao meu querido irmão, que de alguma maneira me incentivou durante esses anos acadêmicos.

Aos verdadeiros amigos que são a essência da vida porque são com eles que interagimos e aprendemos a respeitar os limites de cada um, pois seria uma injustiça desprestigiar os amigos que contribuíram para a minha formação dentre eles “as Pretinhas” Ana Luzia, Yana Magalhães, Larissa Ferreira; “as Lirous” Larissa Ruivo, Jociane Ribeiro, Pryscilla Cavalcante.

A Liziana Félix, Evelyn Scherer, Rusvânia Cristaldo, Jaquerson Cavanha que durante essa caminhada ao nos encontrarmos revelaram pessoas especiais na minha vida, e os demais amigos que não são menos importantes porque de alguma forma enriqueceram a minha vida com palavras incentivadoras.

Talvez possa ser pouco o que tenho a dizer, mas espero que vocês aceitem o meu muito obrigado.

Por fim serei eternamente grata ao meu orientador Prof.Me. Clemilton que sempre foi paciente aos nossos diálogos e atuante para que o meu TCC fosse concluso.

## **RESUMO**

**BELMONTE DA SILVA, Thays. A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA LATINA PARA O CONHECIMENTO DA EVOLUÇÃO DA LINGUA PORTUGUESA NO ESTUDO DA ORTOGRAFIA: O CASO DO LIVRO DIDÁTICO “PORTUGUÊS: LINGUAGENS”.** 2013.f. TCC (Graduação) – Curso de Letras hab. Port. Ingl., Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Jardim-MS, 2013.

O presente trabalho tem como objetivo descrever a importância da língua latina no processo de assimilação do sistema ortográfico no ensino médio. Sob a perspectiva da aprendizagem da ortografia em torno de um ensino reflexivo, que por sua vez, desenvolve no aluno uma atitude crítica e investigativa em relação a sua própria escrita. Por fim, este estudo tem como finalidade verificar se o livro didático “Português Linguagens” da editora Saraiva, contempla tais propostas estabelecidas pelos PCNs (1997), Morais (2010) e Durigan (2009). Para isso se concretizar, analisou-se fragmentos do livro mencionado, apontando possíveis reformulações às atividades e sugerindo outras práticas que possam diminuir as dificuldades dos aprendizes.

Palavras Chave: Língua latina, Ortografia, Livro Didático.

## ABSTRACT

BELMONTE DA SILVA, Thays. **THE IMPORTANCE OF LATIN IN THE PROCESS OF ASSIMILATION OF THE SPELLING SYSTEM IN ENGLISH TEXTBOOK** 2013.f. TCC (undergraduate) – course- Letters hab. Port. Ingl., State University of Mato Grosso do Sul, Jardim-MS, 2013.

The present work aims to describe the Latin language importance in the assimilation process of spelling system. From the perspective of learning spelling around a reflective teaching, which in turn would develop a critical and investigative attitude in students regarding your own writing. Finally, this study aims to check if the textbook "Portuguese Languages" by (Saraiva Publishing Company) contemplates such proposals established by PCNs (1997), Morais (2010) e Durigan (2009). To materialize it, we first analyzed mentionedbook fragments, pointing possible reformulations, suggesting other activities and practices that can reduce the learners difficulties.

Keywords: Latin Language, Spelling, Textbook.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - UM PASSEIO PELA EVOLUÇÃO DA LÍNGUA LATINA	
1.1 Declínios do Império Romano.....	14
1.2 O latim e a Península Ibérica.....	15
1.3 O português brasileiro.....	16
CAPÍTULO II - DISCUSSÕES ORTOGRÁFICAS	
2. Discussões Ortográficas.....	20
CAPÍTULO III - O LIVRO DIDÁTICO E SUA IMPORTÂNCIA NO ENSINO DA LÍNGUA	
3. O livro didático e sua importância no Ensino da Língua. ....	24
3.1 A Apresentação do livro didático “ Português: linguagens”.....	25
3.2 A Análise da Ortografia de um capítulo do Livro Didático.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	37

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a forma como a ortografia é abordada no ensino médio através dos manuais didáticos, e como é tratada a presença e ausência da língua latina no ensino/aprendizagem dessas convenções sociais.

Para isso se concretizar, inicia-se este estudo fundamentado em teóricos - dentre eles Ilari (2004), Bassetto (2001) e Coutinho (1976) – sobre o conceito da origem da língua latina e suas contribuições para a formação da língua portuguesa.

No segundo momento, discorre-se sobre a importância do ensino reflexivo das normas ortográficas, a fim de proporcionar caminhos para uma intervenção escolar na aprendizagem da ortografia acerca de algumas das principais abordagens técnicas e estratégicas pontuadas por Morais (2010) e Durigan (2009).

O terceiro capítulo é reservado à apresentação do livro didático, “Português Linguagens” da editora Saraiva, com uma análise impingindo as práticas das teorias abordadas nos capítulos anteriores deste trabalho.

Por fim, seguem as considerações finais, as referências bibliográficas.

## **CAPÍTULO I**

### **1. UM PASSEIO PELA EVOLUÇÃO DA LÍNGUA LATINA**

Em pleno século XXI os estudiosos não chegaram a um consenso acerca do surgimento das línguas. No entanto o que se pode constatar tendo em vista os estudos sobre a história das línguas é que uma língua sempre tem sua origem a partir de outra.

Segundo Ilari (2004, p.18),

a partir do método comparativistas foi constatado que havia semelhanças entre as línguas clássicas e que elas se desenvolveram a partir de um único idioma, designada pelo termo indo-europeu. Assim do grupo ítalo-celta surgiram às línguas Osco, a Umbro e a Latina. Da língua latina nasceram tantas outras dentre elas, a portuguesa.

No entanto, o Latim propriamente dito começou a ser falado no Lácio, na Itália, onde foi fundada a cidade de Roma. O latim tinha a forma culta e a vulgar. O chamado latim vulgar que era uma língua falada por pessoas humildes, agricultores e pastores. Sua origem data do século VII a.C e vai até o século V d.C. Essa língua vem desde a fundação de Roma até a queda do Império Romano.

Conforme Hauy (1994) as conquistas romanas começaram em fins do século IV a.C e continuaram até pouco depois do século I da Era Cristã. Tornando-se Roma a capital do mundo e se firmando como Império oficialmente em 27 a.C. À medida que se expandiam as fronteiras do Império por meio de conquistas e de hábeis alianças, alargava-se também o espaço territorial do Latim. Crescendo com ele, decaiu com ele, mas não morreu. Devido também à posição geográfica de Roma e condições sociais, econômicas e culturais diferentes, a partir do latim vulgar, que era falado pelas populações provincianas, nasceram às línguas românicas, que o perpetuaram.

Com o crescimento do império e suas conquistas no mediterrâneo, o latim começou a ser difundido entre os territórios conquistados, tornando-se a língua comum de vasta região. Nas lutas pelas terras, eram os soldados, colonos e trabalhadores que tinham contato direto com os povos, o que possibilitou a difusão de um latim coloquial ou vulgar, uma língua de comunicação diária, com finalidades práticas e imediatas. A

partir desses contatos, Haury (1994) afirma que a língua latina evoluiu e sofreu transformações dentro do seu espaço de origem, de onde surgiram como resultados os substratos que acontecem quando o conquistador assimila a língua do conquistado e os superstratos quando o conquistado assimila a língua do conquistador. Os povos romanizados aderiram a um latim antigo, enquanto nas outras províncias conquistadas foi implantado um latim mais moderno, uma alteração devido à evolução natural da língua. Diante disso Meyer Lubke(1914) *apud* Melo (1981,p.66) aponta que a diferente antiguidade do latim nos diversos países pode explicar diferenças dentro das línguas românicas, não porém a diferença de tais línguas entre si.

Em virtude da divisão de classe social, o latim também foi dividido em Latim Clássico e Latim Vulgar. O primeiro utilizado pelos escritores, portanto consagrado à língua da escola ou do mundo acadêmico. Essa modalidade de língua era restrita a um pequeno público. O segundo designava a língua essencialmente oral, ou seja, a língua do povo, a língua que de fato circulava e manifestava a comunicação efetiva.

Ilari (2004) afirma que a grande diferença entre as duas variedades do latim (vulgar e o clássico) refletem nas duas culturas que conviveram em Roma: de um lado a de uma sociedade fechada, conservadora e aristocrática, cujo primeiro núcleo seria constituído pelo patriciado; de outro, a de uma classe social aberta a todas as influências, sempre acrescida de elementos alienígenas, a partir do primitivo núcleo da plebe.

Entretanto essas duas vertentes do latim não são consideradas línguas diferentes, mas dois aspectos da mesma língua. Melo (1981) ainda salienta que não é correto afirmar que tais línguas provem ou descendem do latim, mas que elas são o latim nos seus diversos aspectos atuais, pois sempre houve continuidade lingüística. Pois os povos romanizados se esqueceram da própria língua, principalmente pela superioridade cultural.

Essas duas variações do Latim, analogicamente, correspondem no português à língua-padrão e à popular (sendo que naqueles tempos o Latim Clássico não era acessível ao povo como hoje é a língua-padrão), pois o Império e a elite tinham acesso à cultura da escrita e à língua formal, que era ensinada nas escolas, mas o povo não.

Dentre os fatores que contribuíram para a disseminação da língua latina, podemos citar: os interesses de Roma em conquistar muitas riquezas; a atuação de um

poder supremo através da dominação pela força e, sobretudo, pela imposição da língua; além do interesse da Igreja Católica em propagar o cristianismo pelo mundo, na Idade média, quando a língua latina era a língua da igreja.

De acordo com Coutinho (1976) o latim vulgar se difundiu principalmente por ser um denominador comum, que se sobrepunha às gírias das várias profissões, e agia como um instrumento familiar de comunicação diária, cheio de inovações e empréstimos que se refletiam no vocabulário, em consequência da expansão do império. Inicialmente era uma língua falada pelas classes inferiores da sociedade e depois veio a ser a língua de todo o território romano. Assim o latim, mediante a variante vulgar tornou-se a primeira língua universal falada pelo povo e para o povo de um modo geral expandindo-se.

Porém a posição estratégica e as hábeis alianças de Roma a transformou no centro de irradiação da Península, facilitando a consolidação do Império. Depois de várias guerras, os romanos venceram as resistências de povos poderosos, como samnitas ao sul e os etruscos no norte.

Estabelecendo assim a República 509 a.C, conforme Bassetto (2001, p.102), os romanos enfrentaram também as lutas internas entre patrícios e plebeus, que só terminaram com a admissão dos plebeus em todos os cargos em 287 a.C. Para consolidar seu domínio sobre os povos da Itália conquistada, os romanos concederam-lhes a cidadania, ficando assim submetidos ao direito romano e à obrigação do serviço militar.

Com o surgimento de Cartago como potência econômica e militar, empenharam-se os romanos nas chamadas guerras púnicas: a primeira (269-241 a.C) terminou com a criação da primeira província romana, a Sicília, em 241, seguidas pela da Sardenha e pela da Córsega, em 238. Com a vitória de Cipião, o Africano em Zana (202), termina a segunda guerra púnica (218-201) com a capitulação de Cartago e a cessão do território de Siracusa a Roma. Mas só depois da terceira guerra púnica (149-146), Cartago é destruída por Cipião Emiliano, o norte da África torna-se província romana e o Mediterrâneo é chamado de *mare nostrum* pelos romanos.

De acordo com Bassetto (2001), essas datas indicam geralmente o início da latinização, que não teve, porém, a mesma profundidade em todas as províncias. No Oriente, a latinização foi bastante superficial: a Hispânia e a Sardenha exigiram dois

séculos para uma romanização efetiva, enquanto outros territórios, como os *Agri Decumates* e a Britânia, nunca foram totalmente assimilados, embora haja marcas do latim por toda parte. Portanto, em grande parte do Império predominava a língua latina dialetada, surgindo diversas línguas, parecidas entre si, chamadas de romances.

Depois das guerras púnicas, Roma expandiu rapidamente seus domínios, atingindo sua extensão máxima, totalizando 301 províncias e estados confederados, abrangendo praticamente o mundo então conhecido. Numa ânsia desmedida de domínio, o império subjuga os povos e impõe seus costumes e sua língua: *o latim vulgar*.

A Hispânia ou Península Ibérica tornou-se província após as guerras púnicas foi inteiramente incorporada ao crescente Império Romano somente em 197 a.C. com o advento de Augusto que a dividiu em três províncias: a Tarraconense, a Bética e a Lusitânia, (região que deu início ao Português).

Assim os povos romanizaram-se em um território que tinha uma diversidade de povos que ali habitavam e inicialmente tiveram uma resistência em adotarem a língua e os costumes dos vencedores. Mas devido ao prestígio que o latim carregava por ser a língua oficial do império, das escolas, da política, do serviço militar e da unidade cultural fazendo com que todos se sentissem romanos. Mas o latim que se vulgarizou na península foi do povo inculto, *o sermo vulgaris*. Que acabou se desenvolvendo nas cidades mais povoadas e depois chegou às aldeias e nos campos, se firmando como a língua-comum de quase toda a região.

## **1.1 Declínios do Império Romano**

Após o término das conquistas, a extensão geográfica do império foi um dos fatores que o enfraqueceu, principalmente devido às dificuldades de transportes e o poder centralizado nas mãos do imperador, o que aumenta também as dificuldades militares, facilitando as investidas dos povos bárbaros nas fronteiras.

Frente a esses problemas o Império declina após a doutrina cristã ter sido transformada em religião oficial e a escravidão ter sido abolida, provocando a escassez de mão-de-obra e conseqüentemente a redução da produção nos latifúndios.

Melo (1981) salienta que no século V os povos germânicos compreendidos em várias nações, cada um com o seu dialeto particular: vândalos, suevos e visigodos aproveitando-se das fragilidades dos romanos, conseguiram invadir Roma, ocasionando o enfraquecimento e logo o declínio do Império. Os vândalos se fixaram na província Bética, a qual ficou conhecida como Andaluzia estendendo-se até a África em 429 d.C. onde fundaram uma vasta monarquia.

## **1.2 O latim e a Península Ibérica**

A chegada da língua latina à Península Ibérica tem sua história marcada pela presença dos suevos que adentraram na Galícia e na Lusitânia, fundando um reino mais tarde absorvido pelos visigodos, território que se constituiu o romance galego-português. Esta é uma variante do latim que constitui um estágio intermediário entre o latim vulgar e as línguas latinas modernas (português, castelhano, francês entre outros).

No início do século VI os bárbaros mais civilizados, os visigodos, invadiram a Península e formaram o mais forte e duradouro reino bárbaro, na atual Espanha que tinha Toledo por capital. Foram os povos que admitiram a civilização romana, a cultura, converteram-se ao catolicismo e a adotaram a língua românica.

Embora o latim adotado fosse hispânico, latim esse subdialeto que cada vez mais se distanciava da primitiva norma, incorporava nele palavras referentes aos seus usos e costumes, na maioria relacionadas às armas, às vestes, às instituições políticas entre outros. Acarretando um processo de diferenciação regional que leva à formação de línguas bem diferenciadas.

A partir de 711, com a invasão Moura e a destruição do reino dos visigodos, o árabe é adotado como língua oficial nas regiões conquistadas, mas a população conquistada continuou a falar o romance e se rebelou diante da agressão aos princípios do cristianismo, salientado pelo islamismo, religião a qual pertenciam os árabes.

Melo (1981) afirma que esse descontentamento dos povos conquistados proporciona o surgimento de um grupo de bravos que nunca se renderam aos vencedores, iniciando o movimento de Reconquista, uma verdadeira cruzada, uma guerra santa, com o preparo psicológico e militar semelhante ao das cruzadas no

Oriente. Assim, os latinos foram recuperando os territórios perdidos, e constituíram os primeiros reinos cristãos de Leão, Aragão e Castela.

Teyssier (2001) afirma que esse período foi determinante para a formação das três línguas peninsulares – o galego português a oeste, o castelhano no centro e o catalão a leste. Os grupos populacionais do norte foram se instalando mais ao sul, dando assim origem ao território português, da mesma forma que, mais a leste da Península Ibérica, os Leoneses e os castelhanos também foram progredindo para o sul e ocupando terras que, muito mais tarde, viriam a se tornar no território Espanhol.

Portugal já havia reconquistado quase toda a parte meridional de seu território. Vindo a separar-se de Leão e Castela, na busca do reino independente, o país vai expandindo-se para o sul; conseqüentemente, a língua galego-portuguesa vai sendo levada às regiões meridionais, que até o momento utilizavam dialetos moçárabes, traços recorrentes do contato entre a língua árabe e o latim.

Segundo Teyssier (2001,p.28)

A partir do século XIII surgem documentos inteiramente escritos em “língua vulgar” – testamentos, títulos de venda, foros etc. um dos textos mais antigos deste gênero é o testamento de Afonso II, datado de 1214. D. Dinis dará grande impulso à utilização da “língua vulgar” ao torná-la obrigatória nos documentos oficiais

A independência política de Portugal resultou na diferenciação entre o português e o galego, a princípio era pequena tal diferença, mas com o tempo foi se acentuando, até que o português se tornou idioma completamente autônomo do galego. O português era falado em Portugal e em pequenas regiões da Espanha.

No século XIV começou a expansão marítima de Portugal, da qual resultou o império português, espalhado pelo mundo inteiro. A língua portuguesa se fez presente em várias regiões da Ásia, África e América, sofrendo influências de ordem lingüísticas e situacionais.

### **1.3 O português brasileiro**

Na América, os portugueses descobriram o Brasil, e o encontrou povoado por tribos indígenas que falavam diversos idiomas locais. Elia (1989) afirma que dentre os



idiomas indígenas o que predominava em todo o território era o Tupi e o Macro-Jê, línguas que sofreram interferência gramatical pelos jesuítas. Formou-se assim uma Koiné, de que se utilizavam os catequistas, a fim de propagar o cristianismo na terra conquistada. Transformada em “língua geral”, porque foi ela, e não o português a principal língua a se difundir nas aldeias, povoações, vilas e cidades de todo o Brasil colônia. Sendo o português a língua oficial das cidades maiores e ensinada nas escolas e o tupi a língua caseira, transmitida de mãe pra filho.

Com a descoberta de riquezas em terras brasileiras, a coroa portuguesa investiu no tráfico negreiro, trazendo muitos africanos com o propósito de servirem de escravos para a exploração de minas de ouro e diamantes. Os escravos não só influenciaram na questão lingüística, como na cultura e culinária brasileira. Demonstrando-nos que a história da língua portuguesa foi permeada por contatos de seus falantes com as mais diversificadas realidades lingüísticas.

Teyssier afirma que:

A partir da segunda metade do século XVIII é que o Brasil pode começar a ser definido como espaço de língua dominante portuguesa, após a Lei do Diretório criada pelo marquês de Pombal, cujas decisões proibiam a língua geral e obrigavam oficialmente o uso da língua portuguesa. (2001, p.95)

Esta Lei foi responsável, pela formulação da política de línguas na região, que tinha como intuito oficializar a língua portuguesa e transformá-la na língua de comunicação interna de todos os moradores do território. Após a expulsão dos jesuítas, que encerra um longo período de dominação de ensino da língua geral, e a abolição legal da escravatura, o português fixou-se definitivamente como língua oficial do Brasil, absorvendo desse período palavras ligadas à flora e a fauna como: abacaxi, mandioca, caju entre outras, das mais diversas origens lingüísticas.

De acordo com Teyssier (2001) devido às invasões francesas, a família real portuguesa refugia-se no Brasil, após a investida de Napoleão Bonaparte que exige do governo português a expulsão de alguns navios ingleses ancorados na costa lusitana, ocorrendo uma reaproximação do português de Portugal. Esta ação traz consigo milhares de colonos portugueses, contribuindo para “relusitanização” da língua falada nas grandes cidades e para o progresso materiais e cultural do Brasil colônia.

Após independência, Elia (1989) afirma que novos contingentes migratórios vieram ao Brasil, timidamente no Primeiro Reinado e mais fluentemente no Segundo

Reinado e efetivamente com República. Povos de diversas nacionalidades, que se instalaram no centro e no sul do país, principalmente pertencentes à Alemanha, Itália e Japão. O autor ainda salienta que a aculturação dessas etnias, bilíngües a princípio, aos poucos vão se integrando na nova pátria, que embora tenha o português enquanto a língua das escolas, da imprensa, da literatura, do rádio, do cotidiano em si, cada palavra nova que se forma busca seu étimo no latim clássico, ou seja, no eruditismo.

Na segunda metade do século XIX, a distância entre o português de Portugal e português do Brasil, aumentou devido à diferença entre a língua escrita e a língua falada. Pois somente os letrados seguiam as normas da gramática portuguesa, enquanto a língua adquirida pelos demais provincianos se transformava no português brasileiro que teve sua origem após as diversas intervenções lingüísticas ocorridas nas Capitâneas Hereditárias. Assim alia-se no ensino de língua portuguesa o propósito de compreender e descrever o funcionamento da língua, trazendo um panorama da nova ciência lingüística, a ortografia. Diante deste fato, o governo criou uma comissão para estabelecer um modelo de ortografia que pudesse ser usado como referência nas publicações oficiais e no ensino em ambos os países, iniciando-se assim um longo processo de tentativas de convergência das ortografias usadas em cada país.

De acordo com Coutinho (1976) as mudanças ortográficas que ocorreram ao longo do tempo foram formalizadas, apenas em 1904, por Gonçalves Viana, com a publicação da obra Ortografia Nacional, que defendia mudanças na grafia de várias palavras com a intenção de torná-las mais fáceis e simples, mediante certo distanciamento do latim.. Desde sua primeira formulação até os dias atuais a ortografia de língua portuguesa já sofreu várias alterações.

Nunes (2011) afirma que o latim, enquanto disciplina escolar foi retirado da população brasileira em 1965, quando Brasil assina um acordo com os Estados Unidos, que tinha como prioridade reformar o sistema educacional brasileiro, que desde o Brasil - Colônia era defasada. Entretanto uma das objeções feitas pelo governo norte-americano era a retirada de disciplinas como a Língua Latina, Filosofia, Educação Política e a implantação da língua inglesa na grade do ensino nacional. Com o intuito de transformar o EUA, na potência econômica, a partir da imposição da língua, alcançando o patamar de hoje, considerada uma língua universal. Ao retirar o ensino do latim nas escolas, retirou também a maior capacidade de estimular a reflexão da formação da

língua portuguesa ao invés de ocasionar a decoreba de leis ortográficas, o que encontramos principalmente nos livros didáticos.

Diante disso, Napoleão (2000) apud Nunes (2011 p.4) salienta:

É educar, inculcar no aluno o espírito de análise, de observação, de raciocínio, capacitando-o a ir além da simples letra do texto, do simples conteúdo de um livro, [...] Quando o aluno compreender quanta atenção exige o latim, quanto lhe prendem o intelecto e lhe deleitam o espírito as várias formas flexionais latinas, a diversidade de ordem dos termos, a variedade de construções de um período, terá de sobejo visto a excelente cooperação, a real e insubstituível utilidade do latim na formação do seu espírito e a razão de ser do latim obrigatório nos países civilizados.

Portanto, a língua latina continua sendo manifestada em expressões e palavras dentro da língua portuguesa, mas os falantes não têm o conhecimento de tal existência. Esta história propagaria nos estudantes o interesse pela origem do português, língua que descende do latim.

## **CAPÍTULO II**

### **2. Discussões ortográficas**

Segundo Cagliari (2009), a ortografia surgiu da necessidade de definir com um termo técnico, a função de escrever corretamente uma palavra com as letras a ela atribuídas por leis específicas, constituídas através da tradição que mostra um uso, advindas de acordos sociais. Pode-se afirmar que a palavra é a unidade básica da escrita. E a palavra é a unidade predileta dos falantes, que varia conforme o tempo e o espaço, não podendo ser consideradas erradas as falas características de uma dada comunidade.

Portanto, encontramos realizações diferentes entre falantes de origem geográfica, classe social, sexo, idade e nível de escolaridade. Por exemplo, determinadas regiões, costuma-se falar “leitchi quentchi, em outras, “leiti quenti” e em outras regiões, ainda podemos ouvir “leite quente”. Essas diferenciações são constatadas na modalidade oral da linguagem, pois na escrita existem as regras ortográficas que foram criadas somente para neutralizar essas variedades linguísticas, padronizando a escrita. Esta forma mais estável da linguagem escrita em relação à linguagem oral possibilita a compreensão do texto independente de variações linguísticas. Conforme Cagliari (2009), a ortografia delimita que a letra A seja separada de todas as formas que se podem ser entendidas como sendo a letra A, definindo os sons das letras, as marcas gráficas e por consequência a escrita das palavras.

Morais (2010) constatou que a ortografia não surgiu há muito tempo, mas, faz bastante diferença no que tange a normatização da língua:

A ortografia é uma invenção relativamente recente. Há trezentos anos, línguas como francês e o espanhol não tinham ainda uma ortografia. No caso da língua portuguesa, foi só no século XX que se fixaram normas ortográficas no Brasil e em Portugal. Embora muito parecidas a ortografia desses dois países não são exatamente iguais. Por isso nos últimos anos, foi assinado um acordo entre os vários países de língua portuguesa para “unificar” as normas ortográficas usadas em cada um deles. (MORAIS, 2010, p.27)

Esse novo acordo ortográfico (2009) de unificação da língua nos países lusófonos tem um peso mais político e econômico do que lingüístico. Acordo visto, pelo Brasil, com certa euforia porque contempla algumas grafias já utilizadas no cotidiano

brasileiro, prevalecendo a sua independência lingüística o que reafirma seu poder político e econômico.

No entanto, Cagliari (2009) ressalta que a unificação da escrita em cada país se deve ao avanço da escolarização obrigatória e da proliferação dos meios de comunicação em massa o que estendeu o uso da escrita das salas de aula, dos livros, principalmente dos dicionários, para a vida das pessoas.

As crianças têm a aquisição da escrita quando lhe é dada a oportunidade de desenhar, registrar ideias, fazendo com que desde o início ela se sinta produtora de texto. Porém, após a alfabetização, quando a criança tem o domínio da convenção letra e som é que ela adquire a norma propriamente dita.

A esse respeito Moraes (2010 p.28) nos diz que embora a criança já se depare com dúvidas ortográficas em fases iniciais da aquisição da escrita, em geral é só depois de escrever alfabeticamente que ela tende a apropriar-se de modo sistemático da norma ortográfica”. Diante desse processo, a ação pedagógica deve ser realizada respeitando a evolução do aluno no ensino de Língua Portuguesa e enfatizando a importância da percepção da criança, pois as línguas alfabéticas não são completamente fiéis às relações fonema-grafema – já que tanto faz a elas escrever casa com S ou com Z - e a grafia correta depende de convenções ortográficas.

Tendo em vista que a ortografia não tem a pretensão de retratar a pronúncia diretamente, o sistema de escrita ortográfico dispõe de regras que ajudam o usuário a se guiar no momento da escrita, como entre vogais, o som de Z pode ser escrito com Z, com S ou com X. Tais regras não respondem de imediato as suas dúvidas, mas excluem todas as outras letras do alfabeto e direcionam a escrita para apenas algumas possibilidades, buscando uma reflexão a respeito da utilização adequada para a escrita das palavras.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs (1997):

Há que se impingir uma orientação reflexiva sobre o trabalho com análise linguística, associando-a à produção e à leitura de textos nas aulas de língua portuguesa. É preciso fazer com que os alunos explicitem suas suposições de como se escrevem as palavras, reflitam sobre possíveis alternativas de grafia, comparem com a escrita convencional e tomem progressivamente consciência do funcionamento da ortografia. (BRASIL, 1997, p.85)

Durante muito tempo, a forma de cobrar a correção ortográfica era realizada de forma repetitiva, sem a utilização das regras gramaticais, sem a valorização do acerto nas respostas, sem comentários incentivadores, fazendo com que o aluno, ao invés de prazer, tenha um sentimento de repulsa ao escutar palavras, tais como, ditado e redação, que fazem parte da rotina das aulas de português.

Tantas intervenções sem incentivos fazem com que a criança acabe achando que é incapaz de produzir algo corretamente. Para Cagliari (2009) é papel do professor ajudar a criança a refletir nas atividades de Língua Portuguesa, propondo desafios para resolver os problemas. Ao tentar solucionar esses desafios os alunos fazem hipóteses sobre como proceder, procuram entender o que se deve fazer o que se espera e, finalmente realizam inserção ortográfica, que pode estar certa ou errada. Portanto, partem para um estudo reflexivo que tende a internalizar as normas facilitando a comunicação escrita, pois o acerto mostra uma habilidade e um erro mostra um novo desafio.

Durigan (2009) exemplifica essa possibilidade de reflexão com base nos fundamentos lingüísticos que apresentem determinadas dificuldades ortográficas, presentes na escrita ou na fala das crianças. A autora afirma que esse ensino seria mais internalizado após o trabalho de particularidades fônicas e gráficas da língua portuguesa, ao analisar alguns aspectos evolutivos das palavras de origem latina. Como observa-se no caso da troca de 'l' por 'r' em um grupo consonantal, fenômeno que ocorreu na passagem do latim para o português: *clavu*=cravo;*blatta-brata*=barata. Ao passo que muitas palavras até então desconhecidas passariam a ter sentido nas primeiras aulas a partir do momento em que o professor ou o livro didático se utiliza do latim para explicar algumas problemáticas do ensino de ortografia.

Segundo Viaro (1999) o latim possibilitaria a melhora na aprendizagem de língua portuguesa a ponto de desenvolver a memória dos alunos, ao acentuar o raciocínio lógico, além de formar cidadãos com ideologia genuína.

Esses pensamentos se regularizaram devido aos PCNs (1997), que pensa-se não mais em treinar os alunos para que escrevam corretamente, mas em construir usuários competentes, capazes de refletir sobre a língua materna a partir de conhecimentos concernentes à língua latina.

Nesse intuito de promover atividades reflexivas, Morais (2010) determina que para um ensino produtivo da ortografia, torna-se fundamental verificar os tipos de erros

ortográficos que os alunos cometem em seus textos, isto é, se os desvios correspondem a uma dificuldade irregular ou regular.

Segundo Morais (2010, p.50), regular denomina-se as grafias que se justificam pela tradição de uso, ou pela etimologia, como o “c” da palavra cidade, que o aluno pode vir a escrever com “c” ou “s”. Para este caso, não existe uma regra que possa justificar a escrita de uma maneira e não de outra. Resta ao aprendiz internalizá-la por meio de estratégias elaborados pelo professor, a fim de que possa conservar na mente a imagem visual da palavra.

No caso das dificuldades regulares, é possível prever a forma correta sem nunca ter visto a palavra antes. Infere-se a forma correta porque existe um princípio gerativo, uma regra que se aplica a várias palavras da língua nas quais aparece a dificuldade em questão. E também conhecendo a evolução do latim ao português, é possível verificar a tendência da escrita, apesar de o acordo ortográfico ser mais político.

Ainda aludindo a Morais (2010), fazer a distinção entre o que é regular e o que é irregular em nossa ortografia é essencial para o professor definir as suas ações. Isso porque os erros têm causas diversas, portanto, há necessidade de estratégias distintas para superá-los. Ainda, entre os casos de regularidades, podemos identificar três tipos: regulares diretas, regulares contextuais e regulares morfológico-gramaticais.

O primeiro grupo inclui a grafia dos chamados “pares mínimo”: p/b, t/d e f/v, em que há uma só letra para cada som [...], diferenciando-se apenas porque um, por exemplo, (/b/) é vozeado – ocorre vibração nas cordas vocais- e o outro (/p/) é desvozeado. Regulares contextuais são casos em que a posição, dentro da palavra, vai determinar a letra a ser usada. O caso do G ou GU em palavras como “garoto”, “guerra”; Regulares morfológico-gramaticais são casos em que a categoria gramatical da palavra estabelece a regra. Por exemplo, “portuguesa”, “francesa” e demais adjetivos que indicam lugar de origem se escrevem com ESA no final. (MORAIS, 2010, p.37-42)

O conhecimento das regras contextuais e morfológico-gramaticais permite ao aluno compreender e usar os princípios gerativos, que lhe possibilitarão resolver uma série de problemas na escrita, sem precisar armazenar formas ortográficas na memória ou consultar a todo momento o livro didático, assunto de nosso próximo capítulo.

## **CAPÍTULO III**

### **3. O Livro Didático e sua importância no Ensino da Língua**

O Livro didático ganhou expressão juntamente com o modelo escolar idealizado por Comenius em sua *Didática Magna*. Esse manual foi adotado para tornar acessível o seu propósito de ensinar “tudo a todos”. Soares (2011) afirma que o livro didático nasceu com a própria escola e está presente ao longo da história, em todas as sociedades. Desde então, ele é um instrumento que orienta todo o universo escolar em torno do seu conteúdo, pois apresenta tópicos de ensino e aprendizagem direcionados para a formação de alunos.

De acordo com Lajolo e Ziberman (1998) *apud* Bueno (2011, p.46), o livro didático no Brasil começa a ser confeccionado em meados do século XIX, depois da abertura de escolas secundárias e primárias. No entanto, sua utilização se impulsiona após o processo de democratização do ensino no Brasil dando início a propagação do LD no país, principalmente para atender a grande demanda de um novo contexto escolar.

Segundo Silva (1998), o livro didático passa a ser utilizado com mais frequência no Brasil após a assinatura do acordo MEC-USAID em 1966, uma parceria do Governo Federal com os Estados Unidos, que tinha como prioridade reformar o sistema educacional brasileiro, que a princípio disponibilizaria durante 3 anos a distribuição gratuita de livros didáticos para as instituições escolares. Mas muitos críticos viam tal intervenção como uma forma dos EUA manterem um controle ideológico no mercado de livro didático nacional. Foi uma intervenção política, inclusive, foi nesse tempo que parou de estudar o latim nas escolas.

Para tentar auxiliar o professor na escolha do livro didático, o MEC, através de órgãos executivos, criou mecanismos para avaliar os manuais didáticos dando o seu parecer para que os professores e as escolas participassem mais direta e sistematicamente nas discussões sobre a qualidade do livro escolar.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tinha como objetivo a aquisição e distribuição gratuita de livros didáticos nas escolas públicas, foi criado e, ao longo dos anos, o material didático passa por um processo de análise e avaliação,



aperfeiçoando-se para atingir seu principal objetivo: educação de qualidade com adequação didática e pedagógica.

De acordo com Lajolo (1996), o livro didático assume certa importância dentro da prática de ensino brasileiro nestes últimos anos, devido ao sucateamento do sistema educacional e a falta de incentivo para a formação continuada dos profissionais da educação, fatores estes recorrentes do descaso das autoridades em relação à educação vigente no país.

Diante destes contratempos relacionados à educação, o livro didático pode mostrar-se como um instrumento eficiente, mas que revoga ao professor o seu papel de mediador insubstituível dentro do processo de ensino-aprendizagem. A sua ineficiência fica por conta do mau aproveitamento que faz deste material, pois a prática pedagógica do ensino de língua portuguesa deve ser entendida como prática política e será realmente libertadora quando extrapolar os limites da comunicação. Portanto o livro didático que a princípio deveria funcionar como um prolongamento da ação pedagógica do professor, apresenta indícios da anulação do mesmo, já que acaba determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino.

De acordo com Neves (1999) o professor tem uma arma poderosa nas mãos, porém se ele não souber usá-la, não irá resolver nada, o professor tem que buscar além do livro didático, maneiras e métodos para que os alunos se envolvam na aula e aprendam com maior facilidade.

Diante das diversas estratégias e métodos possíveis à disposição do processo de ensino e aprendizagem de ortografia, nosso próximo objetivo é o de analisar como esse instrumento chamado livro didático aborda metodologicamente o ensino de língua portuguesa, principalmente no que se refere ao trabalho com a ortografia.

### **3.1 A Apresentação do livro Didático “Português: linguagens”**

Veja a capa do livro didático em questão (Português: linguagens- volume único- Ensino Médio)

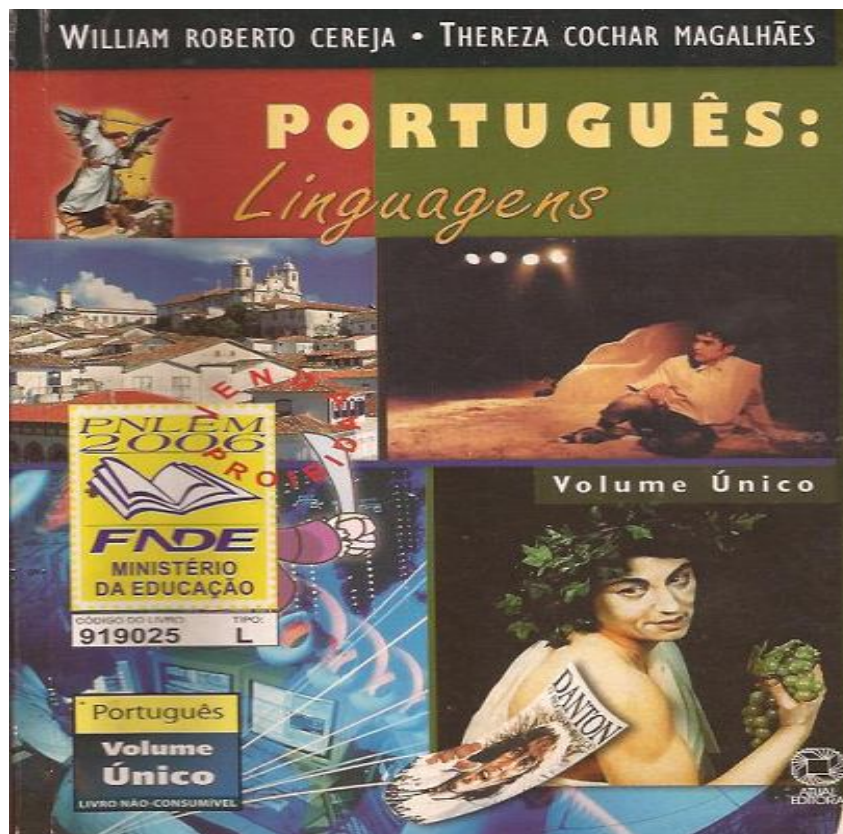


Figura 01: Capa do livro didático Português: linguagens.

Com a mesma proposta da coleção em três volumes, este volume único apresenta uma seleção dos conteúdos indispensáveis para o estudante do ensino médio. Este livro é utilizado desde o 1º ano até o 3º ano do Ensino Médio, pois abrange a língua portuguesa e suas literaturas. Assim, o livro é dividido em nove unidades, que em cada uma delas é estudada uma estética literária. Por exemplo, a unidade 1 desenvolve o estudo da literatura da Idade Média até o Quinhentismo; a unidade 2 aborda o Barroco e assim por diante.



Figura 02: Título da unidade 1 do livro didático Português: linguagens, p.12.

A seção *Fique ligado! Pesquise!*, por meio de sugestões de leitura, filmes, músicas, pesquisas, visitas entre outras ferramentas, procura estabelecer relações entre a produção literária e o contexto cultural da época retratada e a produção cultural de hoje. Com a finalidade de estimular o aluno a desenvolver outras atividades relacionadas ao tema, como assistir a alguns filmes que em sua composição remetem ao estilo medieval apresentado na unidade 1.



Figura 03: Seção *Fique Ligado!* pertencente ao capítulo 3 da unidade 1 do livro didático Português: linguagens, p.13.

No que se refere ao estudo língua portuguesa, o livro a divide em capítulos próprios, obtendo maior espaço e importância. Eles apresentam as seguintes seções: construindo o conceito (o qual leva o aluno a construir ou inferir o conceito em questão, recorrendo a atividade de leitura, observação e comparação dos aspectos linguísticos);

conceituando(onde o conceito é ampliado, contribuindo para a internalização do conceito); exercícios(o aluno opera o conceito trabalhado em várias atividades); categoria gramatical na construção do texto(onde se aprofunda o estudo das relações entre a categoria gramatical estudada e o texto, que tem como objetivo desenvolver no aluno a capacidade de ler/ver o texto pela perspectiva da língua); semântica e interação(trata-se de uma seção que objetiva promover estudos que desenvolva a competência lingüística do aluno e disponibilize mecanismos na língua para criar sentido); para compreender o funcionamento da língua(onde as atividades voltam-se para o uso prático e cotidiano de certos conteúdos) e boxes(incluem textos paralelos que objetivam dialogar com o texto-base, acrescentado informações, destacando aspectos particulares ou chamando a atenção sobre curiosidades da língua ).

Ao final de cada unidade os autores propõem um Intervalo que é voltado essencialmente à leitura de imagens, a vivência lúdica de certos conteúdos, ao desenvolvimento da oralidade e à realização de projetos com a função de sugerir aos professores metodologias de ensino a respeito do assunto abordado na referida unidade. Apresentando duas seções a imagem em foco (que se realiza a leitura de uma obra não verbal) e o projeto (que retoma os conteúdos de literatura trabalhado na unidade para serem exploradas de modo criativo e participativo).

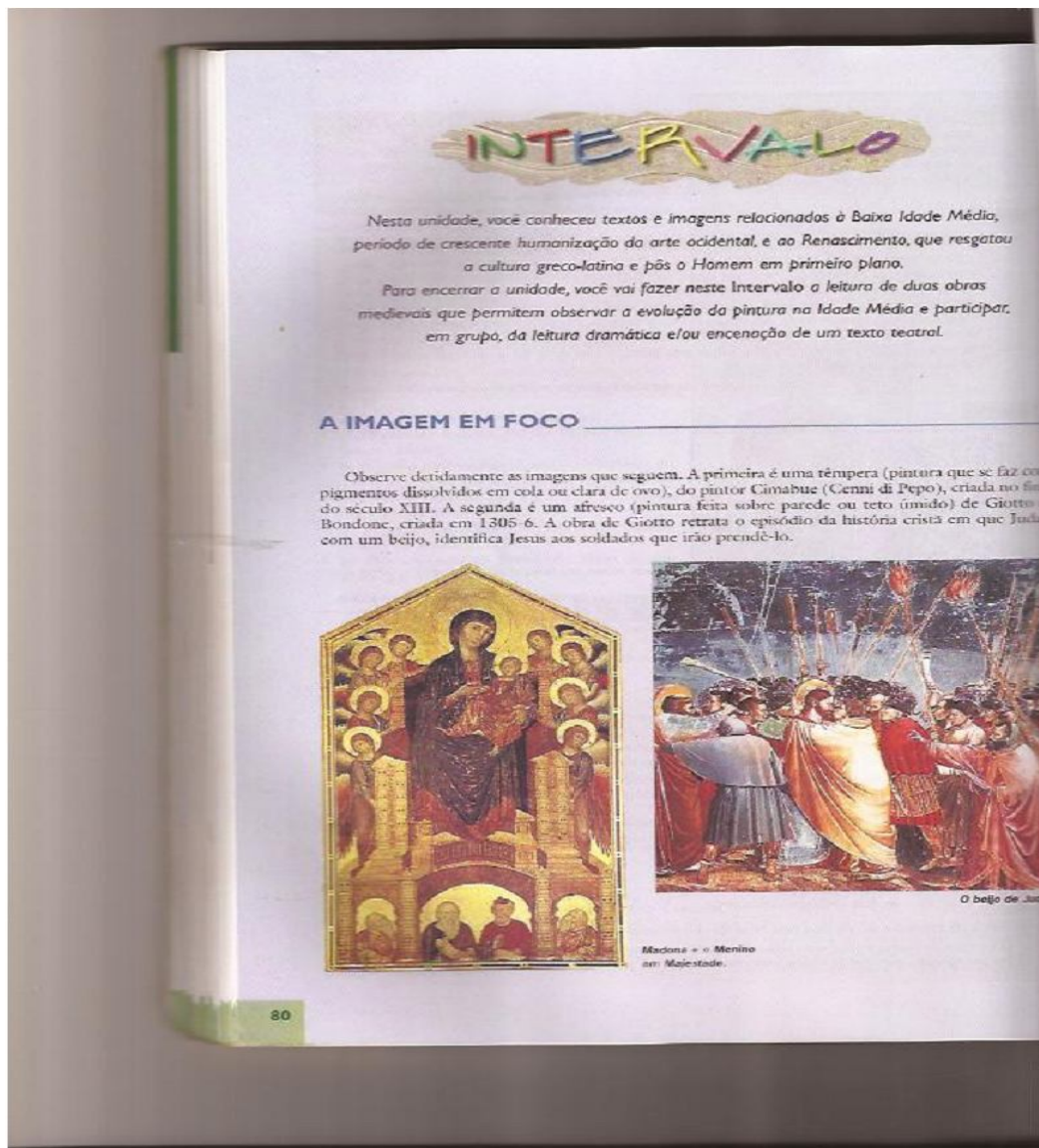


Figura 04: Intervalo da unidade 1 do livro didático Português: linguagens, p.80-81.

Os autores do livro são William Roberto Cereja, professor graduado em Português e Lingüística e licenciado em Português pela Universidade de São Paulo, mestre em Teoria da Literária pela Universidade de São Paulo e Thereza Cochar Magalhães, professora graduada em Português e Francês e licenciada pela FFCI de Araraquara, SP. Mestre em Estudos Literários pela UNESP de Araraquara, SP.

### 3.2 A Análise da Ortografia de um Capítulo do Livro Didático



O capítulo em questão pertence à unidade 1 (*A comunicação. A literatura da Idade Média ao Quinhentismo*- p.12) e trata-se do capítulo 3 (especificamente a seção Para escrever com adequação p.48). Os autores começam a unidade 1 um painel de imagens e um pequeno texto verbal que se relaciona com o assunto da unidade.



Figura 05: Primeira página da unidade 1 pertencente ao livro didático Português: linguagens, p.12.

O Parâmetro Curricular Nacional (1997) indica que o papel desses textos verbais e não verbais, cria uma forma dinâmica de ensino através do acesso a essa diversidade textual, aproximando os alunos ao mundo da escrita. Foi entendido como um primeiro contato com o aluno e sendo ele capaz de incentivar a leitura, pois os autores iniciam o livro com uma apresentação bastante convidativa, propondo um aprendizado diferenciado e dinâmico, não apenas gramatical, mas, com um repertório bem variado que envolve dicas de músicas, imagens e textos.

Num segundo momento, já iniciando o terceiro capítulo da unidade, temos “o poema” (Vinicius de Moraes) que apresenta a temática dos sons e ritmo presentes no texto. A seção “trabalhando o gênero” inicia-se com a leitura do texto, e para concretizar o aprofundamento do conteúdo há algumas questões observando os aspectos da linguagem, do conteúdo e da estrutura do mesmo.

**Capítulo 3**

## Produção de texto

# O poema

**TRABALHANDO O GÊNERO**

Leia em voz alta o poema abaixo, procurando ficar atento aos sons e ritmo do texto. A seguir, responda ao que se pede.

**Soneto de contrição**

Eu te amo, Maria, eu te amo tanto  
Que o meu peito me dá como em doença  
E quanto mais me seja a dor intensa  
Mais cresce na minha alma teu encanto.

Como a criança que vagueia o canto  
Ante o mistério da amplidão suspensa  
Meu coração é um vago de acalanto  
Berçando versos de saudade intensa.

Não é maior o coração que a alma  
Nem melhor a presença que a saudade  
Só te amar é divino, e sentir calma...

E é uma calma tão feita de humildade  
Que não mais te soubesse potestada  
Menos seria eterno em tua vida.

(Vinicius de Moraes, *Clássica poética*, Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1968, p. 203.)

**contrição:** espécie de arrependimento pelos próprios culpas ou pecados.  
**vagar:** andar sem destino, sem rumo.  
**auspícios:** espaço indefinido, vago; amplidão.  
**vago:** aquilo que é indeterminado, indefinido; contínuo, incerto, indefinido.  
**acalanto:** canção para adormecer criança; canção de ninar.

1. Há, nesse poema, quatro estrofes, isto é, quatro grupos de versos separados por um espaço em branco. Cada uma das estrofes apresenta um grupo de versos, ou seja, de linhas poéticas. Quantos versos há na primeira estrofe? E na quarta?

2. Ao ler o poema, provavelmente você fez uma pausa no final de cada linha ou verso. Essa pausa se acentua pela *semelhança sonora* que há no final dos versos, como ocorre em *tanto* e *encanto*. Que outros pares de palavras apresentam o mesmo tipo de sonoridade?

40

Figura 06: Início do capítulo 3 da unidade 1 do livro didático Português: linguagens, p.40.

Depois o autor explica o conceito de poema e, em seguida, cita sobre suas principais características como: versos, métrica, ritmo, rima, imagens. E a implantação de recursos visuais e gráficos nos chamados poemas concretos. O tema poema é elucidado até a seção “produzindo o poema”, onde o aluno coloca em prática o que aprendeu, produzindo um ou dois poemas com base no que foi instruído durante todo o capítulo.

Os autores criaram um subtítulo chamado “Para *escrever com adequação*” (p.48) está seção fecha a parte de produção de texto e tem a intenção de registrar dificuldades encontradas, pelos alunos, na prática da escrita. Inicia-se com um exercício que emprega a tirinha da autora Angeli, com a proposta que o aluno complete com as letras corretas as lacunas existentes em um balão da tirinha.

**PARA ESCREVER COM ADEQUAÇÃO**

### Ortografia (I)

Leia esta tira:

(Angeli. *Chiclete*. Série *Tipinhos* iniciais, n. 2, p. 46.)

Que letras complementaram adequadamente as palavras a seguir?

a) atribuí[ ] (r ou z)      b) sucesso (r ou c)      c) estrondo[ ]o (j ou z)

Figura 07: Exercício do capítulo 3 da unidade 1 do livro didático Português: linguagens, p.48.

Segundo Moraes (2010) tais exercícios estão longe de serem consideradas metodologias ideais para a internalização da ortografia, pois é solicitado que o aluno preencha as lacunas com alternativas que já lhe foram dadas. Não possibilitando a reflexão do aluno a respeito das regras ortográficas camufladas nesses quadradinhos. O autor ainda nos diz que essas verificações de erros e acertos assemelham-se bastante aos tradicionais ditados.

Tomando como exemplo a letra b do exercício citado, em nenhum momento os autores recorrem a língua latina para explicar por que é correto afirmar que a letra correspondente a lacuna é o “c” ao invés do “ç”. Questão que deveria ser levantada para tornar o ensino de ortografia mais interessante para o aluno, que acarretaria no ensino reflexivo baseado no processo evolutivo da língua.

De acordo com Durigan (2009, p.4):



Para a concretização desse ensino reflexivo bastava que o professor explicasse que o “c” fricativo medieval se originou devido a evolução do latim *ce*, *ci* *te*, *ti* seguidos de vogal: *pretiu*>preço; *jutitia*>justiça. O “ç/ “c” originou-se da evolução do grupo medieval latino **t + semivogal** /y/(grafada “e” ou “i”) + vogal o que explica a correlação com **to**. E ao verificar que as palavras que tem o “t” no radical e um correlato que contenha o som de /s/, coincidente na mesma posição do “t”, representam uma regularidade na língua portuguesa: esse correlato será grafado com “c” ou “ç”.Ex: educativo-educação; conceito- concepção.

No entanto, a mesma autora salienta que esse tipo de atitude exige que o professor busque referências ao conteúdo semântico, que se mostrem as regularidades resultantes de processo morfológico, posto que a base da reflexão seja os fundamentos lingüísticos.

Logo abaixo desse exercício os autores tentam justificar que essa problemática no ensino das normas, existe pelo fato do alfabeto português não ser fonético. Pois temos letras que podem representar fonemas diferentes, como a letra “x”(exemplo, enxame, próximo); letras que representam mais de um fonema ao mesmo tempo: táxi-“táksi”; fonemas que são representados por várias letras: rosa(“z”), zebra(“z”), exame(“z”); sem mencionar os dígrafos. Eles também afirmam, erroneamente, que o ensino dessas regras depende da “automatização da grafia das palavras e de consultas constantes ao dicionário”.

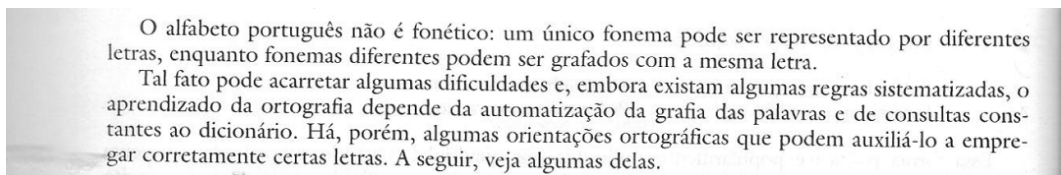


Figura 08: Justificativa sobre a problemática no ensino de ortografia do capítulo 3 da unidade 1 do livro didático Português: linguagens, p.48.

Segundo Morais (2010) o dicionário deve ser utilizado em situações de produção textual, quando, por exemplo, o aluno pergunta sobre a grafia de determinada palavra, durante a leitura comentada de um texto. O autor ainda enfatiza sobre a importância de se internalizar nas crianças a importância de se entender o que é regular em nossa ortografia:

Precisamos ajudar as crianças a tomar consciência, pouco a pouco, de que o que é regular em nossa ortografia não precisa motivar uma consulta ao dicionário. E de que, ao procurarmos nele os casos mais complexos, de correspondências letra-som irregulares, precisamos estar alertas pra tomar o significado ( das palavras) como critério para consulta ortográfica. Aos poucos começam a

conviver outras pistas linguísticas sobre a natureza das palavras que estão procurando, por exemplo as siglas “s.f.” para substantivo feminino e “v” para verbos. (MORAIS, 2010 p.124)

Em outras palavras, o uso do dicionário vai muito além do que simplesmente descobrir os significados das palavras e de sua escrita. É preciso ter consciência de sua utilização, e empregá-lo com frequência na sala de aula, para que pouco a pouco o aluno descubra o significado e a finalidade do mesmo, desta maneira aguçando sua curiosidade sobre a ortografia e os significados das palavras. O que significa que o aluno precisa ter a atitude de pesquisar no dicionário durante atividades normais e não apenas nas “tarefas de busca de palavras”.


Os autores abordam a ortografia para auxiliar o aluno apontando alguns empregos ortográficos, citam o emprego do “g” ou “j”, do “x” ou “ch”, do “s” ou “z”, dos sufixos “-ar” e “-izar” e o emprego das letras “e” e “i”. Mas essas regras são pouco desenvolvidas transformando a sua explanação muito metódica e sua maioria contendo mais exemplos que esclarecimento que instigaria no aluno a função investigativa do porquê da sua utilização.

No que se refere ao emprego do “g” ou “j”, o professor obteria um ensino reflexivo ao mencionar no ensino de ortografia as influências linguísticas que os indígenas, povos nativos do Brasil, deixaram para a posteridade arraigada na Língua Portuguesa.

Ao abordar o emprego do “x” ou “ch” como é feito na questão número 1 da (pág.49) ao apresentar um *cartum* que ao invés de estar escrito abaixo com “x” está escrito com “ch” e violência com dois “ss” não correspondendo a sua grafia com “c” . Originando o questionamento sobre qual seria a escrita correta das palavras existentes no cartum, e qual era o objetivo do autor ao utilizar essa grafia diferente. Porém em nenhum momento é analisado o que ocasionou essa troca de letras, onde caberia refletir sobre as irregularidades ortográficas, que são aquelas regras que se concentram na escrita.

**EXERCÍCIOS**

▶ Leia este cartum:



O cartum apresenta alguns problemas ortográficos.

- Identifique as palavras do cartum que apresentam uma grafia diferente da que é recomendada pelas normas da língua escrita e reescreva-as, de acordo com essas normas.
- Na sua opinião, o cartunista escreveu as palavras desse modo de propósito porque não conhecia a forma adequada? Justifique sua resposta.
- A criança conduz um cartaz de protesto contra a violência nas escolas. Contudo, o modo como o cartaz foi redigido acabou por atribuir um sentido diferente à palavra *violência*. Que novo sentido ganha essa palavra no contexto?

▶ No texto que segue, foram propositalmente omitidas certas letras de algumas palavras. Reescreva-as, completando-as.

Figura 09: Exercício nº1 do capítulo 3 da unidade 1 do livro didático Português: linguagens, p.49.

Morais (2010, p.44) “lembra que as dificuldades irregulares nos seguirão até o fim da vida, pois sempre haverá palavras “raras”, que nunca foram lidas ou escritas, a qual não lembramos nem a escrita.” Assim os profissionais da educação não devem se assustar ao deparar que um aluno errou ao escrever qualquer palavra que contenha irregularidades, cabe ao professor ensinar meios para que tal aluno domine as palavras que possivelmente irá utilizar com mais frequência, não se opondo a ensinar também as menos usuais como hipótese e harpa.

Em relação ao emprego do “s” ou “z” o professor pode apropriar-se dos casos regulares morfológicos- gramáticas proporcionando uma reflexão no campo da ortografia. Por meio de um conhecimento intuitivo sabemos que “portuguesa”, “francesa” e demais adjetivos que indicam o lugar de origem se escrevem “esa” no final, enquanto substantivos derivados de adjetivos se escrevem com “eza”. Mas para alcançar esse entendimento o processo é longo e gradual, pois se internaliza através da superação todas as regras apreendidas permitindo a segurança do aluno na escrita.

No que se refere ao ensino de ortografia abordada no livro analisado, percebe-se que ela não há um destaque, principalmente por não obter uma continuidade no assunto, já que lhe é reservado somente duas páginas na unidade para discorrer sobre a temática apresentada. Sobre isso Moraes (2010) afirma que por um lado, existem pessoas que continuam dando à questão ortográfica um peso não só desproporcional, mas também distorcido.

Fazendo-se necessário criar novas metodologias e estratégias para facilitar o ensino das convenções ortográficas. Primeiramente a questão ortográfica precisa tornar-se um objeto de reflexão, ou seja, o professor precisa refletir com o aluno sobre o que acontece caso realizemos a troca do “x” por “ch”, tornando as aulas de língua portuguesa mais dinâmica, prazerosa e significativas para os alunos, favorecendo assim, uma construção efetiva das normas ortográficas. Pois do contrário, o ensino se consistiria numa prática mecânica que não agregaria nenhum conhecimento ao aluno, e o incentivo é a melhor maneira de se conseguir êxito com os alunos.

Enfim, Viaro (1999) afirma que com o ensino de latim não haveria irregularidade ortográficas, e muitas das problemáticas organizadas neste trabalho passaria a ter uma lógica mais clara e previsível. Reafirmo que a ausência da língua latina no ensino de língua portuguesa tem deixado várias sequelas que só se cicatrizaram quando os órgãos responsáveis perceberem que está língua não morreu e ainda permeia a língua portuguesa, estando presente principalmente no vocabulário dos falantes dessa nação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do momento em que discorremos sobre a hipótese de analisarmos a ortografia no livro didático, primeiramente me pus insegura e desafiada, principalmente pela ortografia ser uma das principais dificuldades existentes no ensino de língua portuguesa e um dos fatores que gera dúvidas na escrita de vários falantes da mesma língua.

Depois da definição do assunto do temido TCC, partimos do conceito de Viaro (1999) que afirma que o ensino de língua portuguesa seria maior aproveitado se em sua grade ainda existisse o ensino da língua latina, já que uma é a derivação da outra.

Então começamos a buscar mais teóricos que partilhavam da mesma ideia, porém, a princípio, tivemos muitas dificuldades, sobretudo por não haver teóricos que abordem esse assunto.

Devido a essa problemática iniciamos o trabalho discorrendo sobre a origem do latim e a sua propagação pelo globo terrestre, até abrangermos a colonização do Brasil onde essa língua já entrelaçada havia se transformado na língua portuguesa. Língua essa que ao adentrar no território brasileiro se difundiu com as línguas dos nativos (índios), e se estabeleceu o português brasileiro.

Assim conforme foi abordado ao longo deste trabalho, uma das tarefas da escola é criar condições para que o aluno construa seu conhecimento de forma investigativa e crítica. Para tanto o trabalho com ortografia deve ser perpassado pela ótica da língua latina, como forma de estimular o aluno a refletir sobre as normas da língua. Pois quando os alunos obtiverem o conhecimento da origem de tais acordos sociais, logo se interessarão pelo ensino de língua portuguesa.

Este trabalho representou para mim um novo aprendizado. Um encontrar de possibilidades diversas para implantar o ensino de ortografia em sala de aula, levando em consideração a retomada da língua latina nos contextos de ensino da língua portuguesa nas escolas, cientes de que a língua latina pode e deve ser um instrumento de reflexão para aprofundar questões ortográficas.

## REFERÊNCIAS

- BASSETO, Bruno Fregni. **Elementos de Filologia Românica**. São Paulo: Edusp, 2001.
- BUENO, L. **Os gêneros jornalísticos e os livros didáticos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. (Série Idéias Sobre Linguagem)
- BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Aspectos teóricos da ortografia**. São Paulo: Contexto, 2009.
- CEREJA, William Roberto. **Português: linguagens: volume único**/ William Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. São Paulo: Atual, 2003.
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- DURIGAN, Marlene. **Atividades de (Re) Textualização nas Séries Iniciais: É proibido corrigir porque traumatiza?** UFMS- Campus de Paranaíba, 2009.
- ELIA, Silvio. **A Língua Portuguesa no Mundo**. São Paulo: Ática, 1989(Série Princípios).
- HAUY, Amini Boainain. **História da Língua Portuguesa. I - Séculos XII, XIII e XIV**. 2 ed. São Paulo: Ática,1994(Série Fundamentos).
- ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. 3° ed. São Paulo: Ática, 2004.
- MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa**. 3° Ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.
- MORAIS, Artur Gomes de. **Ortografia: ensinar e aprender**. São Paulo: Ática, 2010.
- NEVES, M. H.M. **A gramática histórica, teoria e análise, ensino**.São Paulo: UNESP,1996.
- NUNES, Ana Maria da Silva. **A Língua Latina: um rio que flui por baixo de uma camada de gelo**. Curitiba: 2011 Anais do VII Congresso Internacional de Abralín.
- TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. Trad. de Celso Cunha. 2° Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- VIARO, Mário Eduardo. **A Importância do Latim na Atualidade**. Revista de ciências humanas e sociais, São Paulo, Usina, v.I n.2, p.7-12, 1999.

